



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

HABEAS CORPUS Nº 0003689-53.2013.8.17.0000 (300913-8)
IMPETRANTE : RILENE AQUERY CORRÊA
PACIENTE : DIEGO RODRIGUES DE ALBUQUERQUE
RELATOR : JUIZ JOSÉ ANCHIETA FÉLIX DA SILVA
CONVOCADO
COMARCAS : NAZARÉ DA MATA - VARA ÚNICA
PAULISTA - 2ª VARA CRIMINAL
ORGÃO : 4ª CÂMARA CRIMINAL
JULGADOR
PROCURADORA : ADRIANA FONTES

HABEAS CORPUS. EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. DUAS AÇÕES PENAIS. EM UM A ALEGAÇÃO ESTÁ SUPERADA ANTE O ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. SÚMULA Nº 52 DO STJ. NA OUTRA O ATRASO REVELA-SE JUSTIFICADO ANTE A COMPLEXIDADE DO FEITO. PLURALIDADE DE AGENTES, ADVOGADOS E CONDUTAS. NECESSIDADE DE EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA Nº 84 DO TJPE. ORDEM PARCIALMENTE PREJUDICADA E, NA PARTE PERSISTENTE, DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Habeas Corpus nº 0003689-53.2013.8.17.0000 (300913-8)**, no qual figuram como partes as retronominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, **à unanimidade de votos, julgar a ordem parcialmente prejudicada e, na parte persistente, denegada**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 26 de setembro 2013


Juiz JOSÉ ANCHIETA FÉLIX DA SILVA
Relator Convocado



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

HABEAS CORPUS Nº 0003689-53.2013.8.17.0000 (300913-8)
IMPETRANTE : RILENE AQUERY CORRÊA
PACIENTE : DIEGGO RODRIGUES DE ALBUQUERQUE
RELATOR : JUIZ JOSÉ ANCHIETA FÉLIX DA SILVA
CONVOCADO
COMARCAS : NAZARÉ DA MATA – VARA ÚNICA
PAULISTA – 2ª VARA CRIMINAL
ORGÃO : 4ª CÂMARA CRIMINAL
JULGADOR
PROCURADORA : ADRIANA FONTES

RELATÓRIO:

RILENE AQUERY CORRÊA, advogada, impetrou o presente Habeas Corpus em favor de **DIEGGO RODRIGUES DE ALBUQUERQUE**, qualificado às fls. 02 dos autos, apontando duas autoridades coatoras, quais sejam, o Juiz de Direito da Comarca de Nazaré da Mata e o Juiz de Direito 2ª Vara Criminal da Comarca de Paulista.

Segundo a impetrante o paciente responde a duas ações penais, a de nº 1765-69.2012.8.17.1090 na 2ª Vara Criminal da Comarca de Paulista e a de nº 195-87.2012.8.17.0980 na Comarca de Nazaré da Mata.

Sustenta a impetrante que em ambas o paciente está sofrendo constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação da culpa.

A inicial veio desacompanhada de documentos.

O Juiz de Direito da Comarca de Nazaré da Mata prestou informações relatando o trâmite processual, esclarecendo que o feito encontra-se aguardando o



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

cumprimento de cartas precatórias para citação do paciente e de outros denunciados.

O Juiz de Direito 2ª Vara Criminal da Comarca de Paulista noticiou que a instrução criminal já foi concluída.

A Procuradora de Justiça Adriana Fontes, por meio do parecer de fls. 69/70, opinou pela denegação da ordem quanto ao processo em curso na Comarca de Nazaré da Mata e pela prejudicialidade pela perda do objeto em relação ao feito que corre perante a 2ª Vara Criminal de Paulista.

É o relatório.

Recife, 24/09/2013

Juiz JOSÉ ANCHIETA FÉLIX DA SILVA
Relator Convocado

*Recusado - 01/03/12 - ver fls. 100/101 - parecer de
Paulista - 12/04/12 - parecer de fls. 102/103 - anexo
relatório em - 13/04/12*



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

HABEAS CORPUS Nº 0003689-53.2013.8.17.0000 (300913-8)
IMPETRANTE : RILENE AQUERY CORRÊA
PACIENTE : DIEGO RODRIGUES DE ALBUQUERQUE
RELATOR : JUIZ JOSÉ ANCHIETA FÉLIX DA SILVA
CONVOCADO
COMARCAS : NAZARÉ DA MATA - VARA ÚNICA
PAULISTA - 2ª VARA CRIMINAL
ORGÃO : 4ª CÂMARA CRIMINAL
JULGADOR
PROCURADORA : ADRIANA FONTES

VOTO:

Como visto, trata-se de Habeas Corpus formulado em favor de **DIEGO RODRIGUES DE ALBUQUERQUE** relativamente às ações penais nºs 1765-69.2012.8.17.1090 e 195-87.2012.8.17.0980, a que responde o paciente na 2ª Vara Criminal da Comarca de Paulista e na Comarca de Nazaré da Mata, respectivamente.

A tese defensiva é de excesso de prazo na formação da culpa.

Examino:

DA AÇÃO PENAL Nº 1765-69.2012.8.17.1090 (2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PAULISTA)

No que se refere a esta ação penal, entendo que a alegação defensiva está prejudicada ante a superveniência da informação da autoridade impetrada de que a instrução processual já foi concluída.

Incide no caso concreto, portanto, a Súmula nº 52 do STJ, que assim dispõe:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

"Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo".

DA AÇÃO PENAL Nº 195-87.2012.8.17.0980 (COMARCA DE NAZARÉ DA MATA)

Na hipótese dos autos, constato que o atraso da instrução processual, além de não ser proveniente da desídia do magistrado processante, não pode ser considerado irrazoável ante as circunstâncias do caso concreto.

Cuida-se de feito complexo, a envolver pluralidade de agentes (3), condutas (2) e advogados. Além disso, foram necessárias expedição de cartas precatórias para citação dos acusados.

Não é demais lembrar que "os prazos processuais não são peremptórios, podendo ser ampliados dentro dos parâmetros da razoabilidade e diante das circunstâncias do caso concreto", de acordo com a disposição da Súmula nº 84 do TJPE.

Isso posto, em consonância com o parecer da Procuradoria de Justiça, **julgo a ordem parcialmente prejudicada e, na parte persistente, a denego.**

É como voto.

Recife, 24 de setembro 2013

JUIZ JOSÉ ANCHIETA FÉLIX DA SILVA
Relator Convocado